

Projetos do pacote de Lula avançam na Câmara

Câmara avança com primeiros projetos do pacote de gastos, e governo corre contra o tempo

Textos têm urgência aprovada; exigências de Dino para liberação de emendas parlamentares levam a dificuldades, diz presidente da Câmara

João Gabriel e Fernanda Brigatti

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta (4), os primeiros requerimentos de urgência para dois dos projetos do pacote de corte de gastos do governo Lula (PT) — que corre contra o tempo para tentar viabilizar que todas as propostas sejam aprovadas até o fim do ano.

Tiveram urgência aprovada o projeto de lei complementar que submete novas despesas ao arcabouço fiscal e o projeto de lei ordinária do pente fino no BPC (Benefício de Prestação Continuada). A PEC (proposta de emenda à Constituição) para tratar dos supersalários ainda não começou a avançar.

O andamento do pacote enfrenta dificuldades no Congresso, sobretudo por causa da decisão do Supremo que criou exigências para o funcionamento das emendas parlamentares.

A aprovação das urgências foi o primeiro passo do pacote. Segundo líderes ouvidos sob reserva pela Folha, contribuíram para a votação acenos recentes do governo, como o encaminhamento da liberação de emendas e a articulação para reverter a decisão do Supremo.

Apelos do governo e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foram importantes para des-

travar o primeiro passo das matérias, segundo dois deputados que participaram das negociações.

Mesmo assim, um influente aliado de Lira afirmou que não há compromisso sobre o conteúdo dos textos, que ainda deve sofrer intenso debate e modificações. Não há garantias de que todo o pacote será aprovado até o fim do ano, como deseja o governo.

União Brasil e PSD, partidos que compõem a Esplanada dos Ministérios, também estão insatisfeitos com a relação com o governo e não garantem apoio à pauta.

O primeiro votou majoritariamente contra as urgências e o segundo se dividiu, como esperado. Os placares foram apertados. São necessários 257 votos para a aprovação desses requerimentos.

O projeto de lei complementar teve urgência aprovada por 266 votos. Ele impõe limitação para a concessão de créditos tributários em caso de déficit nas contas públicas e abre brecha para o contingenciamento de emendas parlamentares.

Já o projeto de lei ordinária, que teve a urgência validada por 267 deputados, prevê um pente-fino no BPC, além de mudar regras para o reajuste do salário mínimo. Os textos ainda precisam de definição de relator.

Além dessas propostas, o ministro da Fazenda, Fernando

Haddad, promete enviar ao Congresso a revisão da previdência dos militares, a ampliação da isenção do IR (Imposto de Renda) para R\$ 5,000 e a taxaação da renda acima de R\$ 50 mil.

A revisão do IR e a taxaação das altas remunerações enfrentam fortes resistências no Congresso.

O governo planejava iniciar a tramitação da PEC dos supersalários nesta quarta (4) pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, mas precisou recuar.

"Hoje o governo não tem voto sequer para aprovar a urgência dos projetos de lei. A PEC eu coloquei na Comissão de Constituição e Justiça e foi retirada a pedido do governo, porque não tinha certeza de um mínimo de votos para aprovar", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira, pela manhã.

"Não tenho dúvida de que Congresso não vai faltar, mas está num momento de muita turbulência interna por causa desses acontecimentos. Você não deve ver nunca um tribunal legislativo", completou.

Lira se referiu à decisão do ministro do STF Flávio Dino, depois referendada pelo plenário da corte, que liberou o pagamento de emendas parlamentares repensadas de 2024, mas ampliou as exigências de funcionamento desse mecanismo.



Só juro não resolve, é preciso trabalhar monetário e fiscal, diz Haddad

"Não adianta só trabalhar em cima de juros, temos que trabalhar esse lado das medidas que foram mandadas [ao Congresso] e podem ser complementadas e aperfeiçoadas", disse o ministro em evento no DF. Pedro Ladeira/Folhapress

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 18